

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

DISCURSO EDUCATIVO NO CAMPO AMBIENTAL

Maria das Graças da Silva (UEPA)

Discurso Educativo no Campo Ambiental: Nova Estratégia na Disputa por Apropriação de Espaço ou Defesa de Territórios na Área da UHE Tucuruí/PA

Resumo: Este texto trata das propostas educativas apresentadas no campo ambiental na área da Hidrelétrica de Tucuruí. Visa apreender a diversidade de construções sociais do meio ambiente por parte dos atores envolvidos na disputa por legitimação de suas práticas educativas territorializadas. O pressuposto é de que diferentes estratégias discursivas podem acionar as noções de “educação ambiental” e de “meio ambiente” na disputa por modelos alternativos de desenvolvimento. Originou-se da seguinte indagação: quais os sentidos que os *discursos educativos* imprimiram à “questão ambiental” e aos modos de apropriação da base material na área do grande projeto de investimento? É parte de um estudo de caso realizado na área de montante e jusante da UHE utilizando-se procedimentos da abordagem qualitativa. Os resultados mostram que diferentes lógicas estão subjacentes às propostas e práticas educativas, evidenciando tensão permanente entre racionalidades diversas.

Discurso Educativo no Campo Ambiental: Nova Estratégia na Disputa por Apropriação de Espaço ou Defesa de Territórios na Área da UHE Tucuruí/PA.

INTRODUÇÃO

O discurso educativo tem sido crescentemente integrado à problemática do meio ambiente desde a sua emergência no espaço público em fins dos anos 60. A educação ambiental, por meio de uma multiplicidade de formas, começou a ser difundida, tanto no campo formal quanto no informal da educação, com a justificativa da necessidade de “conscientizar” determinados grupos sociais para a preservação da base material da sociedade em estoques suficientes para atender exigências da reprodução social.

Este texto discute as propostas educativas apresentadas com o fim de requalificar certo número de práticas sociais espacializadas e/ou ajustar essas práticas às necessidades de “proteção do meio ambiente” em uma área onde um grande projeto de investimento provocou consideráveis transformações sociais e ecológicas. O pressuposto é de que diferentes estratégias discursivas podem acionar as noções de “educação ambiental” e de “ambiente” na disputa por modelos alternativos de desenvolvimento.

Na construção de nossa problemática, tratamos da seguinte indagação: quais os sentidos que os discursos *educativos* imprimiram à “questão ambiental” e aos modos de apropriação da base material na área do grande projeto de investimento? Interessou-nos, em particular, as articulações entre os discursos educativos e a evidenciação de um campo de forças onde se colocaram em jogo os mecanismos de poder sobre os recursos territorializados. Orientamo-nos pelas questões: em que medida o discurso dos agentes do grande projeto construíram *propostas educativas* que, em substância, tenderam a despolitizar a questão ambiental, desconectando-a dos aspectos relativos à distribuição de poder sobre os referidos recursos? De que forma os diversos atores locais construíram, por sua vez, o “ambiental” como um campo de politização, em contraponto aos “programas educativos” propostos pelos agentes do grande empreendimento?

O recorte espacial da pesquisa contemplou duas áreas distintas configuradas após o barramento do rio Tocantins: a área situada a montante, em e a área situada a jusante. A diferença entre as duas áreas reside não só nas suas características geofísicas, mas principalmente nas suas configurações sociopolíticas e culturais. A área de jusante integra a tradicional região do Baixo Tocantins que inclui dinâmicas ribeirinhas, na qual o rio e a floresta sempre constituíram suporte

de vida. A área de montante configura uma fronteira onde se assentaram grandes contingentes migratórios que vieram para a região em busca de trabalho e terra, notadamente nos anos 70; embora a relação com o rio esteja presente, são as rodovias que deram aí impulso à dinâmica demográfica, produtiva e fundiária.

A metodologia adotada implicou apreender a diversidade de construções sociais de meio ambiente por parte dos atores envolvidos na disputa por legitimação de suas práticas educativas territorializadas. A apreensão dos distintos discursos e práticas deu-se pela análise da documentação produzida pelos distintos atores e instituições pertinentes, entrevistas com membros apresentados como representativos destes distintos grupos e instituições, bem como, pela observação de campo desenvolvida em três períodos que perfizeram um total de três meses. A primeira etapa de implementação do estudo fez-se pela sistematização do conjunto de informações bibliográficas disponíveis no material já produzido a respeito da problemática.

No trabalho de campo buscou-se o aprofundamento das questões previamente identificadas por meio de observação sistemática dos grupos que se dedicam à agricultura, à pesca e ao extrativismo e entrevistas com aqueles sujeitos que ocupam papel significativo nos processos sociopolíticos da área em estudo. Dentre estes, destacam-se os representantes de comunidades locais, de organizações de base (colônia de pescadores, sindicato de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores familiares etc.), representantes de ONGs, membros de esferas governamentais e da empresa responsável pelo empreendimento.

Apoiando-se numa abordagem qualitativa, trabalhou-se com a análise descritiva, identificando e examinando o *senso comum* relativo à educação ambiental na área estudada, por meio do repertoriamento dos sentidos que lhes são atribuídos. Elencou-se e analisou-se uma diversidade de esquemas de percepções e justificações que os distintos atores evoca para qualificar as suas práticas, programas ou projetos considerados educativos, assim como os sentidos atribuídos à noção de meio ambiente, aqui considerada como um terreno contestado, objeto de lutas sociais.

Analisa-se o conteúdo discursivo, as lógicas e representações que orientaram as propostas e práticas ditas educativas com relação ao meio ambiente na arena local. São discutidas em particular experiências em que o discurso educativo pôs face a face agentes sociais com posições polarizadas no campo ambiental - os representantes do Setor Elétrico e os grupos sociais locais direta ou indiretamente impactados, representados por organizações de atingidos.

Objetiva-se, assim, examinar as denominadas práticas educativas construídas por grupos sociais, em experiências localizadas, desenvolvida por grupos sociais do Baixo Tocantins, especificamente do município de Cametá que articulam concepções diferenciadas de seus ambientes e desenvolvem uma caracterização das responsabilidades por sua “preservação” (ou por sua “degradação”), seja no período que antecedeu ou no que sucedeu a construção da barragem.

A opção metodológica é a de tratar o campo ambiental como constituído por uma dimensão simbólica, dado o entendimento de que toda ação humana é mediada por um projeto cultural que ordena a experiência prática para além de simples lógica utilitária (SAHLINS, 1979).

Educação ambiental: campo de forças e saberes diversos

Compreender a educação ambiental como um campo de forças é considerar o conteúdo das propostas educativas como relacionado à distribuição de poder que prevalece no interior da estrutura relacional de uma sociedade.

As relações que os grupos sociais atingidos pelo empreendimento em estudo estabeleceram com as demais forças no campo ambiental, e entre si mesmos, são fortemente marcadas pelo padrão de diferenciação de poder com relação aos recursos territorializados e às resistências manifestadas pelas por suas organizações em oposição às novas formas de apropriação aportadas pelo processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE).

Neste campo de forças, o Setor Elétrico buscou legitimar uma representação de um meio ambiente único, aquele associado às demandas técnicas e funcionais da hidrelétrica, procurando legitimar o projeto industrialista, com a incorporação do discurso homogeneizador da “preservação ambiental”. Delinearam-se formas alternativas de formulação e entendimento particulares do que vem a ser “educação ambiental” e suas práticas correspondentes.

As diversas propostas educativas evocadas pelos agentes do Setor Elétrico na área do entorno do reservatório, configuradas por meio de estratégias discursivas apoiadas também em medidas práticas, pretendem atribuir estatuto de verdade aos saberes ambientais específicos à área técnica do Setor Elétrico. Nesse campo de disputas por espaços de legitimação, os agentes constroem alianças na perspectiva de fazer valer suas próprias representações. No sentido de Foucault (1979. p.4), trata-se do esforço de constituição de um “regime” que, introduzido nos discursos e nos saberes, pretende modificar os enunciados de modo a que eles sejam partilhados no processo de instituição de um mesmo universo cultural.

A formulação dessas propostas educativas e suas respectivas estruturas argumentativas colocam, portanto, a necessidade de se analisar o sentido lógico dessas construções, levando em consideração o conjunto de variáveis intervenientes na construção da UHE-Tucuruí. As mudanças ambientais são assim atravessadas pelo conjunto de relações compreendendo saberes e poderes articulados às lutas discursivas por legitimação das práticas – tal como a que envolve os sentidos, lógicas e conteúdos da chamada “educação ambiental” - como às lutas práticas por apropriação direta dos recursos do território.

Identifica-se no campo da educação ambiental a inscrição de um conjunto de práticas sócio-culturais e políticas, elas mesmas tornadas expressão de diferentes maneiras de se pensar e significar o território; tanto podem, assim, estar vinculadas a interesses utilitários de uso e apropriação do espaço, como associadas a clamores por justiça e por direito de acesso coletivo aos recursos ambientais.

O “educativo” sob o olhar “pedagógico” do construtor da UHE Tucuruí

A análise dos programas de educação ambiental elaborados pela Eletronorte em 1988 e 1998, respectivamente, ao longo das etapas de construção e funcionamento da UHE Tucuruí, permite constatar que eles estão referenciados ao contexto sociopolítico e ambiental resultante das alterações e transformações ecológicas que se efetuaram no território.

Preocupações da empresa com danos ambientais apareceram sempre que, tecnicamente, eles pudessem causar reflexos no funcionamento da hidrelétrica e/ou repercutir negativamente junto às agências multilaterais ou junto à comunidade ambientalista internacional e nacional; ou seja, sempre que os efeitos negativos de suas ações pudessem ocasionar prejuízos materiais e simbólicos à própria empresa.

Ao incorporar a dimensão educativa a seu Programa ambiental e incluir a participação da comunidade no seu planejamento, a Eletronorte não se reconhecia, por certo, como principal agente promotor dos processos de degradação ambiental na área. Propunha assim um programa de educação ambiental para disciplinar o comportamento das vítimas da degradação que ela mesma provocara. A inclusão da educação ambiental como um componente da atuação da empresa apareceu, portanto, como uma solução aos problemas ambientais produzidos pela implantação da UHE, sem, no entanto, que este fato fosse como tal por ela reconhecido.

As práticas educativas foram incorporadas no âmbito de uma racionalidade que pretendia promover o respeito ao princípio de conservação e de reordenamento equilibrado das condições do meio ambiente, traduzido, porém, em termos práticos, sobretudo pela melhoria das condições de funcionamento da hidrelétrica, prioridade na agenda do Setor Elétrico.

O projeto hegemônico via na educação ambiental um mecanismo para agregar depredador e vítima, sem distinção de responsabilidades, como se tudo fosse subsumido a um conjunto de comportamentos individuais. A crença é a de que “a educação ambiental surge como um enfrentamento aos prejuízos causados pela lógica da cultura capitalista, no interior de um dado modelo de desenvolvimento” (ELETRONORTE, 1988, p.2).

Para justificar o seu projeto de educação ambiental, os agentes do Setor Elétrico sustentam que grupos locais desenvolvem práticas social e ambientalmente atrasadas, causadoras da destruição, devastação e degradação ambiental, ou seja, expressam “más práticas”, comportamentos inadequados com relação ao meio ambiente, em decorrência de um saber inculto, próprios de grupos desqualificados para encaminhar sua relação com a natureza e cuidar de sua reprodução material e sócio-cultural.

O pressuposto é o da necessidade de se elevar o nível de educação das populações locais e incorporar, no seu cotidiano, um novo padrão de comportamento ambiental. Os agentes hegemônicos propõem assim a educação ambiental como instrumento de mudanças comportamentais e de conscientização pública, como um caminho para reverter o quadro de degradação ambiental, sem, no entanto, que para esses efeitos se considerem as práticas que, para tal quadro, os próprios agentes da intervenção desenvolveram.

O “etnocentrismo pedagógico” do Setor Elétrico atribui às suas propostas educativas a capacidade de serem portadoras de verdades únicas, por considerarem como ambiente único o da barragem. Tal etnocentrismo não admite a possibilidade dos agentes sociais atingidos construir outras representações discursivas e deterem outros saberes sobre o meio, em contraposição àqueles do pedagogismo dominante. Por estruturarem suas propostas educativas de forma desconectada das experiências locais, fazem-se instrumento da cultura homogênea, naturalizando as diferenças e ignorando a diversidade cultural. Por essa lógica tecnicista, a educação ambiental se constitui num instrumento de poder, destinada a disciplinar as vítimas da degradação, em mecanismos substitutivo às práticas violentas que caracterizaram os procedimentos do setor elétrico no período da ditadura.

A proposta, presente no campo da educação ambiental, justificada pelo discurso da articulação de interesses comuns, tende a esvaziar a agenda das reivindicações locais e ignorar formatos culturalmente diferenciados de relação entre sociedade e os recursos de sua base material. Todo o processo revela o caráter homogeneizador do programa na medida em que não reconhece a diversidade dos grupos sociais existentes na área e suas múltiplas representações simbólicas.

Este tipo de prática político-educativa, a um só tempo, encobre as possibilidades de confronto e serve a que se reduza o debate ambiental à simples prescrição dos tipos de uso dos recursos ambientais compatíveis com os propósitos do empreendimento, esperando, paralelamente, conter as demandas locais no campo dos direitos.

Na sua primeira versão (PEA, 1988), o programa não chegou a empreender nenhuma ação capaz de minimizar os impactos negativos desses problemas e acabou se esvaziando. Em sua versão mais recente, investe-se numa pedagogia utilitária e despolitizadora.

Durante quase uma década, as “práticas educativas” da Eletronorte ficaram paralisadas. Com a construção da Segunda Etapa da Usina, a empresa retomou sua preocupação “pedagógica”, mas, mais uma vez, omitiu a referência aos processos de resistência em meio aos quais se deu a implantação da primeira etapa da hidrelétrica.

É importante mencionar, porém, que embora o programa tenha sido divulgado como um mecanismo institucional responsável por um conjunto de ações a serem desenvolvidas no terreno, a população local foi chamada a participar em um âmbito restrito e tutelado.

Configura-se como um projeto disciplinar uma vez que parte das “propostas educativas” voltadas para as soluções dos problemas ambientais já são praticadas por grupos locais, ainda que fora de contextos “educativos”, como criar e manejar porcos para o consumo e comercialização; criar animais de pequeno porte (frango, pato); produzir e beneficiar frutas regionais; processar farinha de mandioca para o consumo familiar e comercialização; produzir culturas para subsistência familiar.

O Setor Elétrico ao incorporar em suas práticas educativas, a discussão de questões sociais fundamentais à sobrevivência, como emprego, renda, qualificação de mão-de-obra, melhoria da qualidade de vida etc., num quadro tão precário de cidadania, procuram esvaziar as mobilizações e os processos organizativos dos grupos de atingidos. Essa tendência se torna mais evidente à medida que outros segmentos sociais locais, acreditando terem tido seus direitos ambientais e de cidadania reconhecidos, atendem ao aceno “pedagógico” do agente interventor.

Há que se considerar, no entanto, que a promoção, pela empresa, de um conjunto de atividades autodenominadas de “educação ambiental”, se faz excluindo do debate a maioria das populações locais ou suas entidades representativas, incorporando por si só normas e padrões ambientais desejáveis ao seu projeto.

As propostas educativas do setor elétrico, portanto, se apoiam assim na perspectiva de soluções técnico-científicas, conforme demonstram os vários estudos encomendados a instituições de ensino, de pesquisa e de Comissões Interinstitucionais, retirando a questão ambiental local do âmbito do conflito e da distribuição diferenciada de responsabilidades.

Os grupos sociais locais, contudo, respondem à educação ambiental formulada pelo agente hegemônico com uma contraposta. Trata-se de esforços coletivos articulados que exploram a diversidade, valorizam as experiências cotidianas e buscam o fortalecimento de suas formas de organização social, na perspectiva de consolidar a legitimidade política do próprio movimento de resistência.

Ambientalização das Lutas: discursos e práticas educativas inscritos em processos político-culturais de Grupos Locais

Numa perspectiva distinta dos esquemas de percepção dominantes, os grupos de atingidos, por meio de suas entidades organizativas e como recurso alternativo à dominação, construíram alianças, desenvolveram discursos e experiências compartilhadas, e procuraram legitimar suas próprias representações do território. O recurso à práticas educativas integra suas estratégias de luta social e os mecanismos de enfrentamento aos modelos de desenvolvimento impostos. A educação ambiental insere-se na luta empreendida pelas comunidades aqui tratadas.

Nos sistemas de percepção alternativos elaborados por esses grupos, o campo da educação ambiental é construído na resistência à intervenção, como um recurso ao fortalecimento da organização social, na luta pela democratização do acesso à base material e articulado à diversidade social e à preservação cultural de modos de vida locais.

Essa politização se faz em contraposição aos recortes conservacionistas e comportamentalistas da educação ambiental orientada pela lógica utilitária. Na perspectiva de Bourdieu (Contra la política de despolitización, s/d) tratar-se-ia de se contrapor a uma “política de despolitização” que ajusta os grupos sociais locais aos propósitos das forças sociais e econômicas dominantes.

Neste contexto, os agentes sociais atingidos, ao atribuírem às suas práticas sócio-culturais a denominação de educativas, expressam uma disposição de construir uma proposta contra-hegemônica, em contraponto às imposições “pedagógicas” do Setor Elétrico.

Diferenciando-se em seus conteúdos ideológicos e no formato pedagógico e refletindo uma diversidade de posições e sujeitos sociais, grupos locais constroem outras alternativas pedagógicas no campo ambiental. Trata-se de práticas educativas plurais que se contrapõem à idéia de consenso, própria à perspectiva hegemônica e que procuram se incorporar às culturas regional/locais, de forma a resistir às políticas de intervenção.

Essa dinâmica pedagógica tem gerado um formato de educação ambiental diferenciado do modelo dominante, por integrar a luta para preservar os costumes locais e incorporar as representações construídas historicamente pelos grupos atingidos. Ao contrário das propostas educativas não referendadas nas lutas sociais, as práticas educativas de grupos locais incorporam suas lutas por direitos e pela resistência à forma dominante de apropriação do mundo material.

Subjacentes ao discurso ambiental hegemônico, essas iniciativas “pedagógicas” voltam-se para a construção de sistemas produtivos distintos daqueles desestruturados ou inviabilizados com a construção do projeto hidroelétrico. As experiências locais incorporam discursos educativos na perspectiva de ampliarem seus espaços sociais e como estratégia de mobilização de moradores locais, notadamente daqueles que resistem a aderir a tais iniciativas.

Essas práticas locais se inscrevem na lógica da pluralidade sócio-cultural e respondem a um propósito político de contraposição à dominação. E o uso da noção de meio ambiente é, neste caso, uma estratégia de politização e de construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Na perspectiva destes agentes sociais a dimensão cultural forte em suas identidades é que institui as práticas educativas. A experiência prática destes grupos sugere que a educação ambiental seja parte de uma ordenação simbólica de suas atividades sócio-culturais e produtivas.

Nestes esquemas alternativos, o ambiente é construído enquanto resistência à intervenção, elemento potencializador da organização social e política que dá sentido à luta pela democratização do acesso ao mundo material, de forma articulada à preservação cultural de modos de vida locais. E o conteúdo técnico próprio à educação ambiental ministrada pelo Setor Elétrico é recuperado nos espaços sociais das experiências locais, não com o propósito de desqualificar conhecimentos tradicionais, mas para dar clareza a seus projetos e a suas implicações sociais. Os grupos locais tomam suas experiências e valores como espaço

privilegiado do campo educativo, contrapondo-se à lógica do consenso e à idéia de que a degradação ambiental decorra do mau comportamento que os grupos dominados assumem diante da natureza.

Os grupos de atingidos, ademais, buscam dar visibilidade a representações culturais diferenciadas, como garantia de preservação de costumes, práticas e valores. Denunciam a degradação de seus ambientes e o comprometimento dos seus sistemas produtivos, constituídos essencialmente com base no rio e na floresta com seus múltiplos recursos, cujo acesso coletivo sempre se fez com base em técnicas de baixo impacto.

Os sistemas produtivos destes grupos, e suas várias expressões têm nos ecossistemas uma referência singular: são frutos de construções culturais referidas na memória, e refletem a forma como essas populações, simbólica e materialmente se apropriam dos recursos ambientais. Por essa lógica, mais uma vez se reforça a idéia de ambiente como uma construção cultural, instituída coletivamente por sujeitos sociais, e, portanto, politicamente referenciada.

Vivendo em áreas relativamente afastadas dos núcleos urbanos, morando em ilhas, às margens do rio, de igarapés, ou em pequenas comunidades na terra firme, esses grupos interagem, relacionando-se com o meio físico de acordo com a lógica do costume construído por gerações.

Referenciados nos saberes que foram lentamente elaborados a partir da interação com o ambiente físico e o meio biótico, e historicamente consolidados pelas relações familiares, esses grupos ditos tradicionais atribuem sentidos e utilidades diferenciados aos recursos que encontram na base material, sempre em conformidade com as formas de vida locais. A construção da casa, o meio de transporte (canoa a remo, bote), a dieta alimentar em grande parte composta de produtos recolhidos na mata ou no rio, o tipo de habitação e até as chamadas palafitas são exemplos da criatividade no aproveitamento dos recursos ambientais disponíveis; ao mesmo tempo, as representações simbólicas dos rios, das marés e das matas povoam o seu cotidiano e orientam o seu imaginário.

Por meio da estreita relação que estabelecem com o seu entorno, essas populações se reproduzem material e culturalmente, o que indica o saber e a capacidade que elas possuem em relação aos recursos que a natureza lhes dispõe e as relações que com ela estabelecem para suprir as suas necessidades básicas e solucionar os seus problemas cotidianos. A idéia de *entorno* é aqui considerado numa perspectiva ampla, tal como o concebe Martínez-Veig (apud ALLUT, 2000, p.

104), para quem o conceito inclui fatores sociais, econômicos e culturais, e o próprio meio natural.

Possuidora, portanto, de um saber apoiado em experiências acumuladas e em estruturas cognitivas permeadas pelo costume e pela tradição, essa população não ficou alheia às transformações que começaram a ocorrer no território após a construção da barragem do rio Tocantins, de conseqüências diretas sobre seus modos de vida. As transformações se constituíram em limitações e condicionamentos às suas práticas produtivas à medida que interferiram, em alguns casos de forma radical, no acesso e no aproveitamento dos recursos dos quais dispunham até então e, principalmente, sobre aquelas atividades relacionadas ao regime das águas do rio, como é o caso da atividade pesqueira.

As representações que as populações construíram, neste caso, têm como referência os recursos naturais, sendo radicalmente diferentes das representações da empresa do Setor Elétrico. As diversas percepções ou representações que têm da natureza, na maioria das vezes, são distintas da lógica daqueles agentes, posto que a apropriação e uso dos recursos estão pautados por lógicas não-capitalistas. A especificidade de tais lógicas serão ignoradas, pois, como lembra Velho (1972, p. i, ii, vii), ao se implantar os grandes projetos, vigora “uma espécie de ideologia do grande herói, salvador, através de técnica (...) e a ignorância do que pré-existiu é quase que total”.

Nessa perspectiva, a barragem significou uma mudança nas históricas condições de vida dos grupos locais, dadas as alterações que se verificaram nos processos biológicos, muitas das quais inviabilizando algumas das atividades usualmente praticadas.

Lideranças locais do movimento sindical e popular ao constatarem a existência de um Programa de Educação Ambiental, a ser promovido pela Eletronorte, identificaram o paradoxo existente no fato do agente da degradação querer "educar" suas próprias vítimas:

Como é que pode? Depois de ter cometido um crime ecológico como esse que ocorreu na nossa região com o fechamento do rio, inundando milhares de hectares de terra, sem dar a mínima informação para que as populações pudessem se precaver dos perigos que ainda estão ocorrendo com a construção da barragem? (Depoimento de Epifânio, liderança sindical de Cametá, em nov. de 2000).

Essas lideranças desqualificavam o Programa por considerar um engodo a realização de um programa de educação ambiental por um agente de governo que se omitiu diante da

desestabilização dos sistemas ecológicos que provocou, destruindo formas de vida e condições materiais de existência de grupos que ocupavam o território atingido.

Para lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a questão educativa vem sendo trabalhada como um processo contínuo pelas diversas organizações associativas dos trabalhadores. Ela está, segundo ele, incorporada nas motivações sociais, nos debates e reuniões promovidos pelo STR, pela Colônia de Pescadores, pela Prelazia, espaços educativos nos quais se apreende a importância da luta pelo direito de usar o meio ambiente de forma coletiva, como alternativa às outras formas que dão sustentação ao modelo dominante. Para essa liderança, trata-se de um processo construído no dia-a-dia, coletivamente, pela garantia da manutenção da base material do território.

As lideranças, quase unanimemente, consideram que a questão da preservação do meio ambiente já está, de certa forma, incorporada à prática de pescadores, agricultores e comunidade. Várias entidades organizativas, com apoio freqüente da Igreja Católica, desenvolveram o trabalho pedagógico iniciado com as mobilizações nas comunidades locais.

As comunidades passaram a discutir desde o uso de determinados utensílios de pesca, até os períodos próprios ou não para a captura de determinadas espécies e o tamanho do peixe que pode ser pescado.

Simbolicamente, na representação do pescador, a preservação do meio ambiente está associada à proteção do rio. “Preservar o meio ambiente é preservar o rio – a terra é nossa mãe e o rio é nosso pai. O nosso trabalho é preservar o que resta das florestas e do nosso rio”, afirma um pescador associado à Colônia de Cametá.

As lideranças masculinas atribuem um papel destacado à mulher, no processo de preservação. Admitem que elas conhecem bem de perto a situação de uma família quando falta o peixe, o camarão, o açaí etc. Os depoimentos destacam o significado que a consciência das mulheres assume na vida da família e no processo de luta social, ao ressaltarem que elas estão tomando a frente desse processo educativo, como no exemplo das mulheres da comunidade de Guajará, no município de Cametá.

É forte o reconhecimento de que só tem sido possível desenvolver as práticas educativas com o apoio e a mobilização de várias organizações - Colônia dos Pescadores, o STR, da Igreja e Associações de Pequenos Produtores – envolvidas no resgate do saber popular.

As experiências de educação para a preservação promovida pelas Associação de Mulheres da Comunidade de Pararu de Baixo em prol do resgate da cultura de várzea, da criação de animais de pequeno porte, tem garantindo não só a sobrevivência de grande número de famílias, mas, também, ajudado os pescadores da comunidade a respeitar o período do defeso para assegurar a reprodução dos peixes. Grupos locais como estes desejam mostrar, na prática, que é possível associar preservação com reprodução de seus ambientes e suas culturas.

As lideranças também incorporaram ao campo educativo a luta política pela democratização do financiamento do FNO (Fundo Constitucional do Norte) especial. Determinadas comunidades, como a de Cuxiari de Baixo, tiveram acesso a determinados tipos de crédito e puderam desenvolver outras atividades diferentes daquelas tradicionais.

Diante das dificuldades que enfrentaram e dos resultados obtidos, as organizações populares do município estão desenvolvendo um efetivo trabalho educativo na perspectiva da preservação junto às comunidades que moram às margens do rio e dos igarapés, e vivem exclusivamente da pesca.

Colônias de Pescadores apoiadas por outras entidades e lideranças têm lutado pela contra utilização de instrumentos predatórios seja por meio de “Acordos de pescas”, seja por meio de trabalho de sensibilização e fiscalização das práticas. As lideranças entendem que dessa forma vêm fazendo um trabalho de educação ambiental que se soma à sua luta política.

Com este trabalho buscam contribuir para elevar a consciência da necessidade da preservação; mas por outro, tem provocado debate sobre a liberdade de acesso aos recursos de uso comum. A resistência maior é a de pescadores que estão envolvidos diretamente com a pesca comercial, a de grande escala. Pautados por uma lógica mercantil, não levam em consideração os danos que suas práticas poderão causar aos processos de reposição das espécies e de manutenção dos estoques.

Os pescadores artesanais cuja relação com os recursos é orientada por uma lógica de consumo direto e venda do excedente, não têm se manifestado contrários à necessidade de preservação. Reconhecem, no entanto, a necessidade do trabalho de preservação estar vinculado ao fortalecimento da luta por direitos conquistados, como é o caso do seguro-defeso.

Nessa perspectiva, lideranças locais consideram que a questão da educação ambiental não está só na vontade e no entendimento das lideranças, mas já está incorporada nos debates que se travam sobre as práticas concretas das comunidades. Contudo, reconhece que as condições

materiais nas quais vivem essas comunidades representam a grande dificuldade para sair do discurso e passar à atuação prática. Sem levar em conta a situação concreta em que vivem estes grupos, dificilmente as atividades educativas voltadas para a preservação terão êxito.

Uma das maiores dificuldades que as entidades representativas do movimento popular e sindical tem encontrado para efetivar um trabalho educativo é de ordem cultural. Como antes essas comunidades viviam da abundância do extrativismo e da pesca, ninguém pensava em preservar nada. Mas diante da necessidade de mudar as práticas produtivas “começamos a nos preocupar em efetivar uma educação ambiental”.

Alguns projetos são ativados com a perspectiva de evitar que o pescador, o extrativista ou agricultor tornem, no contexto das transformações ecológicas, “insustentáveis” suas formas tradicionais de apropriação e uso dos recursos. E mostram que em razão das transformações provocadas pela barragem, a população foi obrigada a desenvolver outras práticas culturais, que não faziam parte dos seus modos de vida: “estamos produzindo alguns tanques de peixe. Infelizmente tivemos que começar a criar peixe em cativeiro; antes a mãe natureza criava tudo, mas hoje temos que formar lagos artificiais para poder criar o peixe”, considerou uma das lideranças.

Para lideranças de entidades de pescadores a educação ambiental está inserida no contexto de suas práticas sociais e no trabalho de discussão sobre as problemáticas que enfrentam nos diferentes campos da vida social. Ou seja, a ação educativa praticada se expressa, no campo ambiental, por meio de práticas e processos informais e pela discussão de problemas concretos: são experiências cognitivas e políticas de reestruturação de meios e modos de vida, das respectivas estratégias econômicas, de manejo e uso dos recursos territoriais.

A educação ambiental e as diversas atividades que vêm sendo deslanchadas neste campo derivam de práticas e processos costumeiros, alguns consoantes com modelos alternativos de gestão ambiental e de “sustentabilidade” social. São atividades que se tornam particulares a cada realidade, porque praticadas tendo em vista a dinâmica, as necessidades e potencialidades de cada território, de acordo com os respectivos grupos locais. Essas práticas e processos configuram um modelo de “educação ambiental” que não se reduz à mudança de comportamento em acordo a concepções externas à cultura local. Ao contrário, a dimensão educacional não se desvincula da própria experiência de resistência prática, amalgamando luta social e aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo mostraram que a incorporação, por um certo número de agentes sociais na área da UHE Tucuruí, de propostas ou práticas educativas no interior no campo ambiental, se inscreve em um contexto de disputa pela apropriação e uso de recursos ambientais, reafirmando o pressuposto de que o meio ambiente enquanto categoria do pensamento é uma construção social, de que agentes sociais com estruturas diferenciadas de poderes entram em confronto, já que mantêm interesses e projetos socialmente diferentes com respeito aos recursos ambientais: de um lado, se colocam segmentos sociais atingidos pela barragem, que se reconhecem como vítimas de uma ação desestabilizadora, e com direitos frente ao agente empreendedor, a quem atribuem a responsabilidade por suas crises ecológicas; de outro lado, postam-se os agentes do Setor Elétrico, que tentam legitimar seus projetos, para isto definindo um conjunto de estratégias, incluindo aquelas que se apresentam como práticas educativas.

O campo de forças compreende, assim, não somente recursos ambientais, mas também recursos simbólicos, entre os quais se destacam aqueles que serão objeto de investimento de ressignificação pelos projetos formais de educação ambiental por parte do empreendedor. Tal estratégia põe em evidência o fato de que se encontram em jogo os distintos esquemas de percepção ou sistemas classificatórios a partir dos quais os diferentes agentes integram a luta simbólica por legitimar suas respectivas práticas de apropriação e uso dos recursos, seja inserindo-os nos propósitos da razão utilitária, seja inscrevendo-os em projetos de defesa e consolidação de direitos sociais, em particular, vinculando as noções de meio ambiente e de justiça.

A noção de justiça ambiental, embora não evocada concretamente no caso em estudo, é compatível com algumas das estratégias adotadas pelas populações atingidas, quando buscam difundir “um conjunto de princípios que assegure que nenhum grupo de pessoas, seja grupos étnicos, raciais ou de classes, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultados da ausência ou omissão de tais políticas”. (Cf. Declaração Final do Colóquio Internacional Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 2001).

O debate das questões ambientais e, especificamente, da educação que se constrói neste campo de força, incorpora a noção de justiça ambiental, na medida em que grupos organizados reivindicam direitos sociais, negados pelo mesmo agente que propõe “ações educativas”.

O projeto dos agentes do Setor Elétrico dissemina uma noção de meio ambiente apropriada às necessidades de funcionamento satisfatório da UHE. Recorre à educação ambiental como um mecanismo político importante para fundamentar a legitimidade do ambiente único e de controle social; as organizações locais, por seu lado, lutam por uma educação ambiental que se traduza em bem coletivo, politicamente referenciado.

Os grupos de atingidos, ao contrário, recorreram aos seus saberes, às suas experiências, como recurso fundamental à construção de uma outra representação educativa, inserida nas suas dinâmicas sociais a partir do processo de desestruturação socioecológica, e como possibilidade de (re)estruturação das práticas socioculturais preexistentes à barragem. Ao chamar suas práticas socioculturais de educativas, a elas incorporando um discurso ambiental, os agentes atingidos rompem com a idéia de ambiente único, e questionam a legitimidade única da cultura hegemônica expressa na representação oficial.

Ao elaborarem outra representação de educação ambiental no confronto e na resistência à dominação, as práticas destes grupos estabelecem uma rede de micropoderes localizados, que se constituem em campo simbólico e para além da esfera institucional, embora também estabeleça conexões com ela. A educação ambiental como prática social se constitui, neste contexto, como um instrumento de luta e simboliza a resistência do grupo ao projeto dominante, na perspectiva de se constituir como um projeto contra-hegemônico, de posse de uma pedagogia que revele a resistência dos que se vêm como oprimidos.

Processos de politização e despolitização se alternam e se sucedem conforme as ações dos agentes: o discurso educativo do agente hegemônico busca despolitizar, enquanto que o dos grupos sociais atingidos politiza. Os agentes do Setor Elétrico, ao darem publicidade a seus programas ambientais, recorrem ao discurso democrático da necessidade de participação, orientam-se em acordo ao sistema jurídico-legal (a legislação) em vigor e, institucionalmente, seguem as exigências políticas das agências multilaterais, sempre buscando utilizar seu programa de educação ambiental como um mecanismo de legitimação e, de certa forma, como complemento à ação que desenvolvem sobre o território. Ao reproduzir o discurso da cultura dominante, o “educador” se legitima politicamente na medida em que incorpora à educação

ambiental, valores universais como “conservação do meio ambiente” e “equilíbrio ecológico” largamente aceitos como remédios para as ordens degradadas.

A Eletronorte (1988, p.03) enfatiza a noção segundo a qual a degradação ambiental é fruto de relações que os homens estabelecem entre si, para se apropriarem dos recursos disponíveis, e reconhece a necessidade de se utilizar meios de produção que não degradem o meio ambiente.

Ao pretender despolitizar as lutas sociais e a construção de projetos alternativos, os agentes do Setor Elétrico negam o potencial transformador e emancipatório da educação ambiental, reduzindo-a a um mero mecanismo de controle cultural e de legitimação do discurso hegemônico.

A Educação Ambiental que poderia ser um espaço político significativo para debater e encaminhar decisões relacionadas à problemática territorial, ao ser reduzida a um programa técnico e normativo da política ambiental empresarial configura-se como um espaço vazio de participação. O caráter normativo e tecnicista do programa exclui a possibilidade de incorporar outros saberes, experiências e/ou alternativas de solução para os problemas ambientais locais, reduzindo-o à preocupação imediatista e limitada do setor elétrico local: resguardar o ambiente como forma de proteger o complexo hidrelétrico contra as interferências locais.

Na luta simbólica que se estabelece entre os oponentes, o conhecimento prático das populações tradicionais é desvalorizado do ponto de vista da concepção pedagógica do setor elétrico. Este, ao responsabilizar as vítimas e promover habilidades para o mercado de trabalho, tenta despolitizar a questão ambiental e esvazia as grandes questões sociais enfrentadas pelos atingidos.

Portanto, na complexidade dos processos sociais desencadeados, evidenciam-se diferentes lógicas subjacentes às propostas e práticas educativas, numa tensão permanente entre a racionalidade utilitária/tecnicista/comportamentalista e uma outra razão, democrática e culturalmente condicionada, que busca reconhecer e respeitar a diversidade dos formatos sociais de uso e apropriação dos recursos. A educação ambiental, assim, se apresenta como um novo campo de análise das práticas, capaz de evidenciar a discussão entre projetos sociais e racionalidades diversas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e território nas ciências Sociais. **ANAIS** do 7º. Encontro Nacional da ANPUR. Recife/PE: ANPUR, 1997, vol.3.
- BOURDIEU, Pierre. *Contra la política de despolitización*. Tradução para o Espanhol de Marianne Brull, s.d (mimeo).
- CHARTIER, R. *A história da cultura – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. da. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In COSTA, Maria José. J. (Org.). *Sociologia na Amazônia*. Debates teóricos e experiências de pesquisas. Belém/PA: UFPA, 2001.
- ELETRONORTE. *Programa de Educação Ambiental*. Tucuruí: ELETRONORTE, 1988.
- _____. *UHE Tucuruí Etapa Final – Unidades 12 a 23*. Plano de Ações Ambientais. Tucuruí/PA, mar., de 1999 (mimeo).
- _____. *Programa de Educação Ambiental*. Tucuruí/PA, 1999 (mimeo).
- _____. *Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico, 1991/1993*. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, 1991^a.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARVEY, Davis. *Justice, Nature and Geography of Difference*. Orford: Blackwell, 1996, Cap. 8.
- LOUREIRO, Carlos.F.B. e et al. *Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, Maria das Graças da. *Planejamento Territorial, deslocamento compulsório e conflitos sócio-ambientais: mosquito e pistolagem na barragem de Tucuruí*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997.
- SAHLINS, Marshal. *Cultura e Razão Prática*. Trad. Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Cap. I e II.
- VELHO, Otávio G. *Frente de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de Penetração numa área Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

